



CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DAS
VÍTIMAS, TESTEMUNHAS E COLABORADORES

CAO-VÍTIMAS

B O L E T I M I N F O R M A T I V O

EDIÇÃO Nº 11 | NOVEMBRO | 2025





APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores tem como finalidade essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de pesquisas jurídicas, materiais de apoio, buscas processuais e realizações de projetos relacionados à área da defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

SUMÁRIO

LEGISLAÇÕES	4
ATUAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS E TRIBUNAIS DE JUSTIÇA	5
BANCO DE PEÇAS - CAO-VÍTIMAS	46

EQUIPE CAO-VÍTIMAS

Marcelle Rodrigues da Costa e Faria

Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Vítimas

Maisa Fidelis Gonçalves Pyramides

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta do CAO-Vítimas

Matheus Augusto de Oliveira

Auxiliar Ministerial

Contato: cao.vitimas@mpmt.mp.br

Lei nº 14.321/2022

Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional.

Lei nº 13.431/2017

Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Lei nº 11.340/2006

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e dá outras providências.

Lei nº 8.069/1990

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei nº 12.845/2013

Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

Lei nº 9.807/1999

Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Lei nº 9099/1990

Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. É considerada um marco da justiça restaurativa, pois introduz no ordenamento brasileiro a ideia da justiça negociada.

Resolução CNMP nº 243

Dispõe sobre a Política Institucional de Proteção Integral às Vítimas de Infrações Penais e Atos Infracionais, voltada à assistência, reparação e respeito à dignidade e aos direitos fundamentais das vítimas.

MP LANÇA CARTILHA PARA ATENDIMENTO DE VÍTIMAS DE CRIMES CONTRA A VIDA



O Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), por meio do Núcleo de Defesa da Vida (NDV) de Várzea Grande, lançou, na última quinta-feira (25), a cartilha “Protocolo de Atendimento às Vítimas”.

O material, disponível em versão digital, foi elaborado com o objetivo de informar vítimas e familiares sobre o papel do Ministério Público, sobre o funcionamento do NDV e as formas de atendimento, sobre quem é a vítima, seus direitos e os diferentes tipos de vitimização.

A publicação ainda orienta como acompanhar o andamento do processo judicial e reúne os canais oficiais de comunicação com o Ministério Público, incluindo endereço, telefones, WhatsApp e e-mails destinados ao atendimento ao público.

“Mais do que oferecer um serviço técnico, o NDV foi criado para acolher e ouvir quem vivencia o impacto da violência. É um instrumento de cidadania, que dá voz e protagonismo às vítimas. Elas não estão sozinhas e precisam saber disso desde o primeiro momento em que buscam ajuda”, destaca o Promotor de Justiça César Danilo Ribeiro Novais, responsável pelo NDV de Várzea Grande. Ele acrescenta: “Esta cartilha reflete o compromisso do Ministério Público com a dignidade humana”.

Núcleo de Defesa da Vida - O Núcleo de Defesa da Vida (NDV) é uma política institucional do Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) voltada ao acolhimento e apoio das vítimas diretas e indiretas de crimes e atos infracionais dolosos contra a vida, bem como latrocínio. Sua função é oferecer atendimento nas áreas jurídica, psicológica e social, visando garantir o acesso das vítimas a informações, assistência e participação ativa no processo, assim como encaminhamento às redes de proteção.

O NDV de Várzea Grande teve origem por meio do Ato Administrativo nº 1.316/2025-PGJ, de 30 de abril de 2025, tornando-se o nono Núcleo do MPMT, ao lado dos já existentes em Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Sorriso e Tangará da Serra.

[Veja aqui a cartilha.](#)

Fonte: MPMT

ABERTURA DO MEMORIAL VIDAS MARCADAS REÚNE VÍTIMAS, FAMILIARES E AUTORIDADES EM TARDE DE RESPEITO E REFLEXÃO NO MPRJ



O que antes era um corredor no edifício-sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro transformou-se em um local de reflexão e emoção na tarde desta quarta-feira (01/10), com a inauguração do Memorial Vidas Marcadas. O novo espaço busca dar visibilidade e valor às vítimas de violência e a seus familiares, conscientizar sobre os impactos da criminalidade na sociedade e sensibilizar os integrantes do sistema de Justiça. Cada parede do memorial carrega muito mais do que fotografias: são histórias e vidas de pessoas que tiveram suas trajetórias interrompidas ou impactadas por diferentes formas de violência no Rio de Janeiro. A abertura contou com a presença de vítimas, familiares e diversas autoridades, em uma demonstração de respeito e compromisso com a memória coletiva.



Entre os presentes, Débora Luanda, mãe de Ian da Silva Dias, morto aos 21 anos por três disparos feitos pela polícia durante uma operação em Niterói. Para ela, o memorial terá valor renovado sempre que tocar alguém sobre a violência, especialmente aqueles que detêm poder para agir e para transformar essa realidade. “Nem nos meus piores pesadelos eu poderia imaginar perder meu filho da forma que foi, um jovem atípico, com autismo de suporte, 20 parafusos na coluna”, disse Débora Luanda, emocionada, mas também esperançosa. “Gostaria dele aqui ao meu lado, mas sou grata e estou profundamente emocionada com essa homenagem. O NAV sempre me acolheu, apoiou e auxiliou. E agora faz essa homenagem que me toca ainda mais.”

Para o procurador-geral de Justiça, Antonio José Campos Moreira, o Ministério Público faz um resgate histórico ao inaugurar o memorial: “Nossa sociedade, em uma completa inversão de valores, por muito tempo deu espaço para a criminalidade e relegou as vítimas ao mais absoluto esquecimento”, avaliou Antonio José. “Esse memorial evidentemente não vai cessar a dor, o sofrimento e a angústia daqueles que perderam parentes. Mas é uma forma de o Estado reconhecer seu dever de acolher as vítimas, ouvi-las e tê-las próximas de nós. E dar a elas a resposta que merecem, com o esclarecimento dos fatos e a punição dos responsáveis”, concluiu.

Carlos Leandro, auditor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, vítima de racismo em 2023 e um dos retratados no memorial, destacou que a violência não é apenas física, mas também moral e psicológica: “É importante que não esqueçamos que esses crimes acontecem, que permaneçam em nossa memória para continuarmos em busca de políticas públicas de enfrentamento. Este é um espaço importantíssimo”, disse.

Organizado pela Subprocuradoria-Geral de Direitos Humanos e Proteção à Vítima e pelo Núcleo de Apoio às Vítimas (NAV/MPRJ), o memorial está estruturado em seis eixos: violência de gênero; crimes de ódio; confrontos armados e letalidade policial; agentes de segurança vitimados; criminalidade organizada e violência urbana; e infâncias perdidas. Em cada eixo, há um convite à reflexão a partir de depoimentos, fotografias e registros de vítimas e familiares, muitos deles já atendidos pela equipe técnica do NAV/MPRJ.

A procuradora de Justiça Patrícia Gliocche destacou o papel do memorial como espaço de valorização e acolhimento das vítimas: “Esse memorial traz a história de cada uma dessas vítimas, pessoas que ficaram marcadas depois de sofrer um crime, pessoas que tinham sonhos e ideais. Aqui há tanto histórias de vítimas vivas quanto de vítimas falecidas. Nós estamos aqui para valorizar essas pessoas, reconhecer a dor e acolher a todos, papel fundamental do Ministério Público.”

Idealizado pelo PGJ, a iniciativa foi inspirada no memorial criado pelo Instituto Libera, na Itália, que homenageia as vítimas da máfia e busca conscientizar a sociedade civil sobre o combate ao crime organizado. No Brasil, a exposição optou por dar visibilidade a uma parte da história do estado. O procurador da República na Itália, Francesco Menditto, lembrou que o combate ao crime em seu país carrega uma história de inúmeras vítimas, magistrados, policiais e civis inocentes: “Essas foram as pessoas que pagaram o preço mais caro”, disse Francesco, antes de ressaltar: “Mas a pessoa mais importante desta cerimônia não é nenhuma autoridade aqui presente. É o garoto de sete anos, parente de uma vítima, que simboliza verdadeiramente a vontade das vítimas de participar e de superar uma dor imensa.”

O Memorial Vidas Marcadas contou com a produção da Coordenadoria de Comunicação Social (CODCOM/MPRJ), da Gerência de Portal e Programação Visual (GPPV/MPRJ) e da Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA/MPRJ).

Fonte: MPRJ

MPBA PARTICIPA DE ENCONTRO PARA DEBATER AÇÕES DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos e em Especial Vulnerabilidade (NAVV), realizou uma reunião nesta segunda-feira, 30, com a secretária municipal de Política para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ) de Salvador, Fernanda Lôrdelo, para discutir ações conjuntas para fortalecer a rede de proteção e acolhimento às vítimas de violência.

O encontro foi conduzido pela coordenadora do NAVV, promotora de Justiça Viviane Chiacchio Pereira Carneiro, que destacou a importância de atuações conjuntas com a SPMJ para assegurar, de forma efetiva, direitos de crianças e adolescentes vítimas de violação de direitos, conforme previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Também estiveram presentes no encontro a assessora jurídica do NAVV, Alana Lago; a coordenadora técnico-administrativa, Daniele Cardelle e o analista técnico em psicologia, Maximiliano Otembra, que contribuíram com propostas voltadas à articulação interinstitucional para aprimorar os serviços oferecidos pelo núcleo.

Fonte: MPBA

MPRS APRESENTA PROJETO SINAIS À OAB/RS E ÀS REDES DE PROTEÇÃO DE SARANDI E SÃO LEOPOLDO



O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio do Núcleo de Prevenção à Violência Extrema (NUPVE), realizou a apresentação do Projeto Sinais a integrantes das redes de proteção de crianças e adolescentes dos municípios de São Leopoldo e Sarandi, e em reunião da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS, em Porto Alegre.

Em São Leopoldo, o encontro ocorreu na noite de sexta-feira, 3 de outubro, na Unisinos. A atividade foi conduzida pelos promotores de Justiça Leonardo Rossi e Doraní Borges Medeiros, integrantes do NUPVE, e contou com a presença dos promotores de Justiça locais Mara Cristiane Job Beck Pedro e Fernando de Araujo Bittencourt.

No mesmo dia, o procurador de Justiça Fábio Costa Pereira, coordenador do NUPVE, apresentou o Projeto Sinais durante reunião da Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto da OAB/RS, a Ordem dos Advogados do Brasil, na Capital.

Já em Sarandi, a apresentação foi realizada na quarta-feira, 1º de outubro, pela assessora do NUPVE Michele Prado, com a presença da promotora de Justiça Nicoli Almeida Manfrin.

O Projeto Sinais tem como objetivo fortalecer ações preventivas diante de comportamentos que possam indicar processos de radicalização entre crianças e adolescentes. Durante as capacitações, foram abordados os principais sinais de alerta que podem surgir no cotidiano infantojuvenil, como isolamento social, episódios de bullying — tanto como vítimas quanto como autores — e a exposição prolongada a conteúdos violentos, especialmente em jogos eletrônicos e redes sociais.

Os palestrantes destacaram que o enfrentamento desses comportamentos exige uma atuação articulada entre os diversos atores da rede de proteção, incluindo escolas, serviços públicos e a sociedade civil. A prevenção é um esforço coletivo: identificar precocemente os sinais e agir de forma integrada é essencial para proteger crianças e adolescentes.

O Projeto Sinais também aborda temas como discursos de ódio, manifestações de sofrimento psíquico e o uso de plataformas digitais como canais de cooptação por grupos extremistas. Foi ressaltado que redes sociais, comunidades virtuais e jogos online têm sido utilizados como ferramentas de recrutamento, explorando a vulnerabilidade emocional de crianças e jovens. Por isso, é fundamental que famílias e profissionais da rede estejam atentos a comportamentos que possam indicar processos de radicalização ou anteceder atos de violência — muitos dos quais se manifestam no ambiente escolar, por meio de mudanças de comportamento, situações de bullying e isolamento.

Fonte: MPRS

'SUA DOR É VISTA' – MP DE SERGIPE E UFS LANÇAM EDITAL PARA MOSTRA FOTOGRÁFICA SOBRE VIOLÊNCIA E DIGNIDADE HUMANA



O Ministério Público de Sergipe, por meio da Coordenadoria de Apoio às Vítimas (Coavit), em parceria com o Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), lançou nesta terça-feira, 7, o edital de convocatória para a mostra fotográfica “Sua Dor é Vista”. O evento de lançamento foi realizado no auditório do Departamento de Comunicação Social da UFS, com a presença do Promotor de Justiça Rogério Ferreira da Silva, Diretor da Coavit.

A iniciativa busca sensibilizar a sociedade sergipana sobre diferentes formas de violência através da fotografia. O diferencial do projeto está no compromisso ético: as fotografias devem ser produzidas em diálogo com as pessoas retratadas, respeitando sempre sua dignidade e agência. O projeto busca refletir sobre como representar situações de vulnerabilidade sem reproduzir violências através das próprias imagens.

Para o Promotor de Justiça Rogério Ferreira, o edital representa um passo importante na valorização da vítima, tanto no campo social quanto jurídico. “Pensamos em construir uma mostra fotográfica que representasse as diversas vítimas que temos hoje na sociedade, sejam elas vítimas diretas ou indiretas, de crimes, da omissão do poder público ou de desastres ambientais. A ideia é, através da fotografia, chamar atenção para a valorização da vítima, elevando seu patamar dentro de uma relação processual e na sociedade, como sujeito de direitos”, destacou.

Ele reforçou ainda o caráter educativo e transformador da iniciativa. “Queremos sensibilizar a sociedade para valorizar cada vez mais a figura da vítima. E esse momento é simbólico, porque estamos prestes a ver o Estatuto da Vítima ser aprovado no Senado Federal, transformando em lei uma série de direitos já reconhecidos internacionalmente”, completou o Diretor da Coavit.



A comissão de seleção e curadoria será formada pelas professoras da UFS, Greice Schneider e Erna Barros, ambas do Departamento de Comunicação Social, e pelo fotógrafo Marcelinho Hora, do Projeto Rebobina.

A professora Greice Schneider destacou a importância da parceria entre o Ministério Público e a universidade como uma forma de promover um diálogo mais amplo com a sociedade. “O edital Sua Dor é Vista nasce dessa parceria entre a Coavit e a Universidade Federal de Sergipe. É uma oportunidade de sairmos um pouco dos muros da universidade, estabelecendo um diálogo efetivo e sensível com a sociedade sobre a vulnerabilidade das vítimas”, afirmou.

Segundo ela, o caráter formativo também é central no projeto. “A mostra será composta por imagens feitas por alunos e alunas da UFS, com o objetivo de sensibilizar a sociedade e refletir sobre a responsabilidade de representar a dor do outro com respeito e empatia”, acrescentou.

As fotografias selecionadas irão compor uma mostra itinerante, que percorrerá pontos de grande circulação em Sergipe. Estudantes regularmente matriculados na UFS podem inscrever até três fotografias até 10 de novembro de 2025.

Fonte: MPSE

PROMOTOR DEBATE PROTEÇÃO DA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL



A ausência de uma legislação robusta que assegure os direitos das vítimas no processo penal brasileiro é o ponto central da aula ministrada pelo promotor de Justiça de Poconé, Adalberto Ferreira de Souza Junior, durante a 2ª Semana Acadêmica do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), realizada por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) – Escola Institucional do MPMT, nesta segunda-feira (06).

Com o tema “Proteção Deficiente da Vítima no Processo Penal – uma análise da omissão legislativa à luz da dignidade da pessoa humana”, o encontro está disponível de forma virtual pela plataforma CEAF – EAD, disponível aos membros e servidores da instituição entre os dias 6 e 9 de outubro.

Doutorando e mestre em Direito Processual Penal pela PUC/SP, Adalberto Ferreira trouxe uma abordagem crítica e profunda sobre o papel da vítima no sistema de justiça criminal. Segundo ele, a dignidade da pessoa humana é o fundamento primeiro dos direitos das vítimas, sendo um “supra princípio” que precede os demais princípios constitucionais e direitos fundamentais.

“Eu diria que a base teórica, que o fundamento primeiro do direito das vítimas é a dignidade da pessoa humana. A dignidade da pessoa humana é um supra princípio. É um postulado, que precede aos princípios constitucionais e direitos fundamentais”, destacou o promotor, durante aula.

Parte superior do formulárioA aula percorre o histórico da vítima no processo penal, dividido em três fases: o protagonismo nas sociedades antigas, a neutralização com o fortalecimento do Estado moderno e a redescoberta contemporânea.

O promotor também discutiu os diferentes conceitos e acepções do termo “vítima”, destacando que os direitos a ela conferidos são específicos e condicionados, muitas vezes negligenciados pela legislação vigente. Entre os direitos abordados, estão o direito à proteção, à assistência multidisciplinar, à informação e à participação ativa no processo penal.

Adalberto Ferreira também analisou mecanismos de solução consensual de conflitos, como os previstos na Lei nº 9.099/95 e no Pacote Anticrime, além de destacar o papel da Justiça Restaurativa como alternativa humanizada e eficaz na resolução de infrações penais.

A aula foi encerrada com uma análise crítica do Projeto de Lei nº 3890/2020, que propõe avanços significativos na proteção das vítimas, mas ainda enfrenta desafios para sua efetivação.

A 2ª Semana Acadêmica do MPMT segue até o dia 9 de outubro, com programação voltada à capacitação e atualização dos membros e servidores da instituição

Fonte: MPMT

REUNIÃO DISCUTE FLUXO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM SANTA MARIA DO PARÁ



Na segunda-feira, 6 de outubro, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio da promotora de Justiça titular de Santa Maria do Pará, Camila de Melo Dutra, realizou reunião no auditório do Fórum da Comarca com representantes dos órgãos da rede de proteção da infância e juventude do município. O encontro teve como objetivo discutir o fluxo de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais e outros delitos graves.

Participaram da reunião representantes do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), e das Polícias Militar, Civil e Rodoviária Federal; além da secretária adjunta de Saúde, da secretária de Assistência Social, do secretário adjunto de Educação, do prefeito e de vereadores.

Durante o encontro, a promotora de Justiça Camila Dutra apresentou o fluxo intersetorial entre os órgãos da rede de proteção, bem como o fluxo interno de cada instituição, que devem ser aplicados na prática pelos integrantes da rede. Foram abordados temas como a Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022) e as medidas protetivas de urgência previstas na legislação, os tipos de violência contra crianças e adolescentes, a diferença entre escuta especializada e depoimento especial conforme a Lei nº 13.431/2017, e o dever de comunicação nos casos de violência.

Ao final, a promotora esclareceu dúvidas dos participantes e concedeu o prazo de 60 dias úteis para que o CMDCA, por meio do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e de Proteção Social das Crianças e dos Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, formalize a criação do fluxo por meio de resolução, conforme disposto no artigo 3º, I, da Resolução nº 235 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Camila Dutra também explicou aos vereadores que, após a formalização do fluxo por resolução, o MPPA concederá prazo para que o Poder Legislativo regule o procedimento por meio de lei municipal. Ao concluir, a promotora reforçou a importância do fortalecimento da rede de proteção da infância e juventude para garantir a efetivação do princípio da proteção integral previsto no artigo 227 da Constituição Federal.

Fonte: MPPA

PALESTRAS EM ITAPOÁ FORTALECEM REDE DE PROTEÇÃO CONTRA VIOLÊNCIA A GRUPOS VULNERÁVEIS



Em Itapoá, no Litoral Norte, a proteção de mulheres, crianças e idosos ganhou destaque com o ciclo de palestras “Combate à Violência Contra Mulheres, Crianças e Idosos”, promovido pela comarca em parceria com o Ministério Público e com o apoio do Executivo municipal. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a rede de proteção, orientar sobre protocolos essenciais e conscientizar a comunidade sobre a prevenção e o enfrentamento da violência contra grupos vulneráveis.

A juíza Gabriela Garcia Silva Rua, titular da 2ª Vara e diretora do foro da comarca de Itapoá, destacou a importância do diálogo entre instituições e da participação social para garantir direitos fundamentais e reforçar a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade.

“É de suma importância falar desse tema, sobretudo considerando que a proteção dos grupos vulneráveis não é só uma obrigação legal, mas um compromisso ético e humano de todos nós. As palestras foram não só um espaço de reflexão e fortalecimento da rede, mas também um compromisso de cada profissional em garantir que os direitos das vítimas vulneráveis de violência sejam efetivamente assegurados e respeitados”, ressalta a magistrada.

Durante alguns dias de palestras, foram distribuídas as cartilhas “Dê um Basta na Violência” e “Depoimento Especial”, da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, como ferramentas de orientação e educação. As palestras contaram com profissionais especializados, proporcionaram momentos de aprendizagem, troca de experiências e fortalecimento das redes de proteção, e reafirmaram o compromisso das instituições com a dignidade e a vida.

O ciclo de palestras foi dividido por regiões da cidade de Itapoá e percorreu diversas escolas municipais entre os dias 23 e 30 de setembro, com eventos realizados nas escolas Euclides Emídio da Silva, João Monteiro Cabral, Frei Valentim, Príncipe e Monteiro Lobato. Em cada dia, aproximadamente 100 funcionários das instituições de ensino e das unidades básicas de saúde participaram das atividades.

Fonte: TJSC

MPRS FIRMA PARCERIA PARA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO GRATUITO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio da Central de Atendimento às Vítimas e Familiares de Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, firmou termo de cooperação técnica com a ONG Turma do Bem – Programa Apolônias do Bem, para oferecer tratamento odontológico integral e gratuito a mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência. A assinatura ocorreu nesta terça-feira, 14 de outubro, no Espaço Bem-Me-Quer, na sede da instituição, em Porto Alegre.

Participaram do ato a coordenadora do Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOCRIM) e do Núcleo de Promoção dos Direitos das Vítimas (NUVIT), promotora de Justiça Alessandra Moura Bastian da Cunha; a coordenadora da Central de Atendimento na Capital, promotora de Justiça Carla Carrion Frós; e a embaixadora da ONG Turma do Bem no RS, Lígia Maria Nogarett.

A iniciativa reforça o compromisso institucional do MPRS com a reparação integral das vítimas. O fluxo de atendimento prevê que a Central encaminhe os dados à ONG, que fará a triagem e o agendamento da consulta com dentistas voluntários.

“A vítima de um crime que teve uma lesão na arcada dentária tem a sua autoestima abalada, o que pode levar inclusive ao isolamento social. A ONG presta um trabalho de relevante valor social e, com essa parceria, passa a atender as demandas do MPRS”, afirmou a promotora Carla Frós.

Fonte: MPRS

PROTEÇÃO DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E DE COMUNIDADES TRADICIONAIS NA PAUTA DE PROMOTORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO



As atividades incluíram uma visita a marisqueiras de Sirinhaém, no Litoral Sul.

15/10/2025 - Durante dois dias, 8 e 9 de outubro, 27 Promotoras e Promotores de Justiça que ingressaram em 2024 no Ministério Público de Pernambuco, participaram da 2ª Reunião Anual do Estágio Probatório. No encontro, promovido pela Corregedoria-Geral do MPPE e realizado em Sirinhaém (Litoral Sul), além de um bate papo com o Procurador-Geral de Justiça, José Paulo Xavier, a turma conversou com integrantes da instituição que atuam no apoio a mulheres vítimas de violência doméstica, no combate ao crime organizado e na defesa do meio ambiente.

Ouviram depoimento de uma vítima de violência acolhida pelo MPPE e assistiram a palestra de uma representante de rede de proteção às mulheres. As atividades incluíram uma visita a marisqueiras da localidade.

“Nesses encontros a gente procura trabalhar as matérias que eles indicam, por sentirem mais necessidade. Repassamos dicas de atuação e promovemos o contato mais próximo com os contextos sociais da comunidade. A mulher que sofre violência doméstica, por exemplo, não pode ser vista como vítima de outros crimes, pois é uma situação complexa, que envolve inúmeros conflitos, de família, dependência sentimental e/ou econômica. O MP precisa atuar do ponto de vista jurídico e extrajudicial na proteção dessa mulher, na reparação de danos e na aplicação da lei contra o agressor”, explicou a Corregedora-Geral do MPPE, Maria Ivana Botelho.

No primeiro dia do encontro, a violência doméstica foi apresentada por meio do Núcleo de Apoio a Vítimas de Crimes (NAV) do MPPE. A coordenadora do serviço, a Promotora de Justiça Ana Clézia Nunes, exibiu a realidade do núcleo e das mulheres que a ele recorrem. Apresentou o relato de uma vítima, acolhida e apoiada pelo Ministério Público. O grupo conversou depois com a gerente do Centro de Referência Clarice Lispector, da rede pública de proteção das mulheres no Recife, Avani Santana.

Para o Procurador-Geral de Justiça, “foi muito gratificante, enquanto gestor, participar de um momento tão rico junto com os colegas que ingressaram recentemente”. Segundo ele, o encontro funciona para além das questões administrativas e das regras jurídicas, pois “promove a relação interpessoal num momento em que foi possível dirimir dúvidas, dividir angústias e ampliar a experiência com a vivência do outro”. Os temas abordados, lembrou, são relacionados ao cotidiano de uma Promotoria de Justiça e à necessidade de o representante do MP conhecer as comunidades. “Nesse momento inicial de carreira nada melhor do que contar com a expertise de pessoas que estão há mais tempo no Ministério Público ou trabalham em outras instituições”.

A Promotora de Justiça Nycole Teixeira, titular da Promotoria de Gameleira, na Mata Sul, avaliou que os encontros são necessários e que a cada evento, o grupo vai se aperfeiçoando e aprendendo bastante. “Cada vez mais vemos a importância da atuação extrajudicial e esses encontros com representantes da sociedade nos aproxima da realidade”, afirmou. Ela ingressou no MPPE em 2024.

Na manhã do dia 9, o grupo visitou as mulheres que integram a Associação das Marisqueiras de Sirinhaém. Tiveram contato direto com as coleções d’água e acompanharam o trabalho da captura de marisco no mangue, que gera refeição e artesanato, numa região em que o meio ambiente deve ser preservado. A visita à comunidade tradicional fez parte, também, do projeto do Núcleo de Enfrentamento ao Racismo (NER) do MPPE nas comunidades. “A importância da visita é identificar os problemas que podem atingir as pessoas da localidade”, observou o Promotor de Justiça Higor Alexandre Araújo, coordenador do NER e também da turma de 2024. Durante o evento, os PJs também conversaram com o coordenador do Grupo de Atuação Especializada contra o Crime Organizado (Gaeco), Promotor de Justiça Roberto Brayner, e com a coordenadora do Centro de Apoio Operacional em Defesa do Meio Ambiente (CAO Ambiente), Promotora Belize Câmara.

Fonte: MPPE

MPGO PROMOVE DEBATE SOBRE REPARAÇÃO DE DANOS ÀS VÍTIMAS EM ENCERRAMENTO DO CICLO DE DIREITO CRIMINAL



A Escola Superior do Ministério Público de Goiás (Esump), em parceria com a Escola Superior do Ministério Público do Paraná (ESMPPR), realizou, nesta quarta-feira (15/10), o quinto e último encontro do Ciclo de Direito Criminal, com o tema A Reparação do Dano à Vítima do Crime. O evento ocorreu de forma virtual, pela plataforma Zoom, com transmissão ao público pelo canal da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) no YouTube.

Participaram como debatedores os promotores de Justiça Pedro Afonso dos Santos e Yuri Coelho Dias (MPGO), Daniel Carvalho Mariano (MPMT) e Heric Stilben (MPPR), além do pesquisador convidado Pablo Galain Palermo, doutor em Direito pela Universidad de Salamanca (Espanha) e professor da Universidad Andrés Bello (Chile). A coordenação e mediação ficaram a cargo dos promotores Alexey Choi Caruncho (MPPR) e Adriano Godoy Firmino (MPGO), diretor da Esump e da Enamp.

O encontro marcou o encerramento de uma série de debates voltados ao aperfeiçoamento institucional do Ministério Público e à reflexão sobre temas contemporâneos do Direito Penal, promovidos pela Esump, ESMPPR e pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, do Júri e de Execuções Penais do MPPR (Caop), com apoio institucional da Enamp.

Reparação de danos e justiça restaurativa

A exposição de Pablo Galain Palermo abordou a evolução do pensamento jurídico sobre a reparação de danos no Direito Penal e sua relação com a Justiça Restaurativa. O pesquisador destacou que, historicamente, o foco da reparação estava no autor do crime, e não na vítima, e defendeu que o conceito deve ser reinterpretado à luz de princípios como a subsidiariedade e a redução de danos. Segundo ele, a reparação pode, em certos casos, substituir ou reduzir a punição tradicional, desde que haja homologação judicial, como demonstram experiências internacionais, a exemplo da Justiça Especial para a Paz, na Colômbia.

Durante o debate, o promotor Daniel Carvalho Mariano compartilhou experiências com programas restaurativos voltados à infância e à juventude, que resultaram em índices quase nulos de reincidência. Pablo ponderou que, embora a Justiça Restaurativa tenha limitações em casos de criminalidade organizada, ela pode contribuir para a ressocialização de condenados durante a execução da pena.



Desafios dos acordos de reparação

O promotor Yuri Coelho Dias destacou os desafios enfrentados pelo Ministério Público para implementar acordos de reparação no Brasil, especialmente em casos de injúria racial, quando o Judiciário não homologa os acordos propostos. Em resposta, Pablo Galain defendeu que o sistema jurídico precisa equilibrar a formalidade penal com a participação social, respeitando a vontade das vítimas.

O promotor Adriano Godoy Firmino abordou o papel do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) como alternativa à acusação formal. Pablo destacou que a homologação judicial deve ocorrer apenas após o cumprimento efetivo dos acordos e alertou que a função declaratória de culpa não deve ser eliminada do sistema penal. Para ele, integrar a reparação à declaração de culpabilidade reforça a legitimidade da pena e amplia o consenso social sobre sua função.

O promotor Heric Stilben complementou o debate e destacou as implicações práticas dessas discussões em casos que envolvem empresas e o uso impreciso do termo “autor” no contexto jurídico brasileiro.

O papel estratégico do Ministério Público

Na análise de Pablo, o Ministério Público tem papel estratégico na mediação e resolução de conflitos penais. Ele comparou o promotor ao “São Pedro”, figura que decide os caminhos possíveis para um caso, e defendeu que a (o) membra (o) do MP deve ser protagonista ativa (o) nas negociações, sem, contudo, monopolizar as decisões — que devem permanecer sob controle judicial.

Pablo também discutiu a representação de bens jurídicos coletivos em crimes como o tráfico de drogas, sugerindo a inclusão de associações de vítimas nesses processos de diálogo.

Confissão e efetividade da pena

O promotor Heric Stilben levantou reflexões sobre a confissão no processo penal, destacando a jurisprudência que admite qualquer declaração do acusado como confissão, mesmo que parcial. Ele alertou para o risco de a confissão se tornar mero instrumento para evitar o processo penal e questionou a efetividade da execução das penas no Brasil.

Pablo respondeu que o sucesso do Ministério Público deve ser medido não pelo número de prisões, mas pela redução da reincidência criminal. Criticou a falta de publicidade dos acordos de não persecução penal e defendeu que eles passem por instâncias públicas de controle. Para ele, a Justiça Restaurativa pode ser mais eficaz que o modelo punitivo tradicional em casos complexos, como corrupção e crimes empresariais, citando precedentes da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). (Texto: Renan Castro/Residente da Assessoria de Comunicação Social do MPMGO, com informações da Esump - Foto: prints de tela)



Fonte: MPGO

CNJ CONVIDA REDE DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA ESTATAL PARA ATUAR EM OBSERVATÓRIO DE DIREITOS HUMANOS



O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ofereceu à Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado (RAAVE) uma vaga para integrar o Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário. O anúncio foi feito durante audiência realizada nesta quinta-feira (16/10), na sede do CNJ, em Brasília. O encontro teve a presença de 144 integrantes da rede.

A reunião buscou estreitar a articulação do Conselho com redes e organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, especialmente no enfrentamento à violência praticada por agentes estatais. A secretária-geral do CNJ, Clara Mota, destacou que a presença da RAAVE no Conselho representa “uma questão estrutural e profunda do Estado brasileiro que precisa ser enfrentada com respostas efetivas e responsabilidade”.

A secretária afirmou ainda que a atual gestão do CNJ, presidida pelo ministro Edson Fachin, tem priorizado a articulação com o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o fortalecimento de políticas voltadas às vítimas. “Temos políticas consolidadas, como os Centros de Atenção às Vítimas e a Unidade de Monitoramento e Fiscalização das decisões do sistema interamericano. Mas, seguramente, vocês trarão contribuições que nos farão avançar nesses muitos campos”, afirmou.

Juíza auxiliar da Presidência do CNJ e coordenadora do programa Justiça Plural, Adriana Melonio, ressaltou a importância de ouvir as vozes das pessoas afetadas pela violência estatal. “Nós somos servidores públicos, mas a nossa missão principal é servir a sociedade. Mais que um Estado reparador, [buscamos] um Estado acolhedor, que respeite a vida das pessoas negras”, afirmou.



Reunião da Rede de Atenção a Pessoas Afetadas pela Violência de Estado – RAAVE com o CNJ. Foto: Luiz Silveira/CNJ

Rede de acolhimento e articulação

A RAAVE foi criada em 2022, após a Chacina do Jacarezinho, como uma iniciativa da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. A rede se consolidou como um espaço de acolhimento psicossocial e articulação entre familiares de vítimas, organizações de direitos humanos, universidades e grupos clínicos. Seu trabalho busca descentralizar o atendimento e oferecer suporte às pessoas afetadas pela violência de Estado.

Durante a reunião, o coordenador técnico da RAAVE, Guilherme Pimentel, destacou o papel do CNJ na construção de políticas públicas que tornem o Poder Judiciário mais acolhedor. “Hoje temos a oportunidade de construir juntos soluções. As mães não precisam ser meras receptoras das políticas públicas; elas podem ser incluídas na formulação e na gestão dessas políticas”, afirmou.

A coordenadora técnica do grupo, Dejany Ferreira, reforçou o pedido para que o Judiciário seja um espaço de acolhimento e cuidado. “Nossa solicitação é para que o CNJ possa transformar os tribunais em locais saudáveis, e não em mais um espaço de violência”, disse.

Vozes das famílias e demandas ao Judiciário

Na reunião nesta quinta-feira (16) no CNJ, mães e parentes de vítimas de violência do Estado compartilharam relatos e histórias, pontuando também demandas endereçadas ao Judiciário. Entre as situações narradas, mencionaram falhas na recepção de familiares e testemunhas em tribunais durante audiências e julgamentos, o que pode gerar exposição excessiva e risco. As integrantes da rede solicitaram uma perspectiva de julgamento sem preconceitos e vieses, para evitar a revitimização tanto das vítimas quanto de seus familiares.

O CNJ tem desenvolvido iniciativas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da violência de Estado. Entre elas, destaca-se o Grupo de Trabalho Polícia Cidadã, instituído em 2022 para avaliar o Plano de Redução da Letalidade Policial do Rio de Janeiro e propor medidas de adequação.

Também estão em andamento ações voltadas ao atendimento a vítimas e familiares, como o diagnóstico sobre os Centros Especializados de Atenção às Vítimas (CEAVs) e a implementação da Resolução CNJ n. 634/2025, que estabelece diretrizes para atenção e apoio aos familiares de pessoas desaparecidas no âmbito de ações judiciais.

Além disso, o CNJ acompanha o cumprimento de decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF/CNJ), e atua na formulação de políticas para aprimorar a resposta judicial em casos de desaparecimento e letalidade policial.

Texto: Jéssica Vasconcelos

Edição: Beatriz Borges

Agência CNJ de Notícias

Fonte: CNJ

MPBA FAZ ACOLHIMENTO ESPECIAL E PROMOVE GARANTIA DE DIREITOS ÀS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS EM SALVADOR E INTERIOR BAIANO

“O Navv é essencial na minha vida. Foi lá que tive acesso à assistência psicológica e jurídica, e onde pude legitimar minha história. Voltei a confiar nas instituições públicas e a acreditar que a Justiça é possível”, relatou Aloísio Araújo Falcão. “Falo com o coração cheio de alegria e gratidão pela forma que fui atendida e acolhida pelo Navv, porque verdadeiramente fui ouvida de forma afável, regada pela sororidade de uma equipe multidisciplinar comprometida com o zelo e assessoramento de pessoas que passaram por situações violentas e traumáticas como a minha”, contou Vatusê Batista Sousa.

São depoimentos de duas vítimas de grave violação de direitos e de crimes dentro do próprio contexto familiar que reforçam a importância do atendimento prestado pelo MPBA, por meio do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos e em Especial Vulnerabilidade do Ministério Público da Bahia (Navv), assegurando os direitos fundamentais das vítimas de crimes de natureza violenta ou em situação de vulnerabilidade, especialmente crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas LGBTQ+, bem como de ilícitos relacionados a quaisquer discriminações, particularmente racial, de identidade de gênero, de orientação sexual, de idade e religiosa.

Implantado em dezembro de 2024, o Navv conta com equipe multidisciplinar formada por uma promotora de Justiça coordenadora do Núcleo, psicólogo, assistentes sociais, analista jurídico e assessor de Promotoria, além de brinquedoteca e um espaço privado para realização dos atendimentos. O espaço atende também os familiares das vítimas de crimes violentos, incluindo vítimas de crimes letais.

No próximo dia 23 deste mês, o MPBA falará sobre os serviços do Núcleo e debaterá o tema do acolhimento às vítimas de violência no seminário “Um novo olhar para a vítima: reconhecimento, acolhimento e garantia de direitos”. O evento, que ocorrerá na sede do MPBA, no Centro Administrativo da Bahia, com transmissão pelo youtube, contará com a presença de profissionais de referência na área, como a vereadora de São Paulo Ana Carolina Oliveira, autora do projeto ‘Silêncio que Grita’, que transformou a dor da perda de sua filha, Isabella Nardoni, em uma voz ativa na luta contra a violência praticada contra crianças e adolescentes.

Descentralização

Desde sua inauguração, em 16 de dezembro de 2024, o Núcleo já realizou 182 atendimentos, com 82 expedientes formalizados, sendo 60 notícias de fato e 22 documentos, que resultaram na abertura de quatro procedimentos administrativos. Apenas em agosto deste ano, o Núcleo registrou 47 atendimentos e, nos primeiros 20 dias de setembro, já havia somado 30 casos – a maioria envolvendo casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Com o objetivo de descentralizar o atendimento, o Navv tem participado de ações itinerantes em diversas cidades como Candeias, Itabuna, Irecê e Cachoeira, além de integrar a Caravana de Direitos Humanos da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos em Salvador.

Segundo a promotora de Justiça Viviane Chiacchio, a meta para 2026 é ampliar essa itinerância, levando o serviço diretamente às populações mais vulneráveis e de difícil acesso. O Navv também integra o movimento nacional de defesa das vítimas, alinhado às diretrizes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPG).

“O Ministério Público é, sem dúvida, a instituição vocacionada constitucionalmente para o cuidado integral da vítima, seja pela titularidade da ação que deflagra a persecução criminal ou infracional, seja pela sua missão na defesa dos direitos humanos. Este Núcleo nasceu para consolidar a atuação ministerial na proteção das pessoas que sofrem as consequências da criminalidade”, destacou a promotora de Justiça Viviane Chiacchio, coordenadora do Núcleo.

O trabalho do Núcleo também tem sido reconhecido por profissionais da área jurídica. Para a advogada criminalista Clara Muller, presidente da Comissão da Jovem Advocacia Criminal da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas (Abracrim), o Navv tem sido fundamental para garantir os direitos fundamentais das vítimas. “O trabalho desempenhado pela equipe multidisciplinar do Núcleo tem auxiliado a advocacia criminal a cumprir seu papel, assegurando às vítimas acolhimento e escuta qualificada. É um serviço de excelência e de humanidade”, destacou.

‘Um novo olhar para a vítima’

De acordo com a promotora de Justiça Viviane Chiacchio, o seminário representa mais um passo no fortalecimento da atuação ministerial voltada à proteção e escuta qualificada das vítimas. “Essa composição plural reforça o compromisso do MPBA com uma atuação local e nacional articulada, sensível e efetiva no acolhimento das vítimas de crimes violentos e vulneráveis. O seminário busca valorizar a escuta, garantir direitos e promover uma reflexão institucional sobre o papel do Ministério Público no cuidado integral com quem sofre as consequências da violência”, afirmou a promotora de Justiça.

Também participarão a promotora de Justiça Ana Tereza Giacomini, do Ministério Público de Minas Gerais, que compartilhará a experiência na atuação da tragédia de Brumadinho; a promotora de Justiça Juliana Félix, do Ministério Público do Pará e membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e a promotora de Justiça Ana Emanuela Cordeiro Rossi, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), que abordará a proteção integral de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Fonte: MPBA

MPAC DEBATE AÇÕES DE APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA



O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio do Centro de Apoio Operacional de Proteção à Mulher (Caop Mulher), participou, na última terça-feira, 14, de uma reunião realizada na Secretaria de Estado da Mulher (Semulher) para tratar do atendimento às vítimas de violência doméstica na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam).

Participaram da reunião a coordenadora do Caop Mulher, promotora de Justiça Dulce Helena de Freitas Franco, e o promotor Ildon Maximiano Peres Neto. Também estiveram presentes o delegado-geral de Polícia Civil José Henrique Maciel, as delegadas Juliana De Angelis e Elenice Frez Carvalho, a secretária da Mulher Márdhia El-Shawwa, e a presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Geovana Castelo Branco.

O encontro foi convocado pela Semulher em razão de manifestações e denúncias recebidas sobre possíveis fragilidades no acolhimento e encaminhamento das mulheres em situação de violência. A iniciativa teve como objetivo promover o diálogo interinstitucional e fortalecer a rede de proteção, buscando o aprimoramento dos fluxos e procedimentos de atendimento.



Durante a reunião, foram discutidos aspectos relacionados à implementação de instrumentos de avaliação em casos de violência contra a mulher, com destaque para o Formulário Nacional de Avaliação de Risco e o Instrumento de Avaliação de Violência Psicológica do Grupo Pandora.

Como encaminhamento, foi definida a realização de treinamento presencial voltado aos profissionais que atuam no atendimento às vítimas, inicialmente em Rio Branco, sendo estendida para o interior em um segundo momento.

Marcelina Freire – Agência de Notícias do MPAC

Fonte: MPAC

CASA LILIAN REALIZA RODA DE CONVERSA COM MARIANA FERRER



Encontro promoveu um bate-papo com algumas mulheres atendidas pelo Centro, proporcionando um momento de reflexão, aproximação e ampliação da pauta relativa à violência sexual e seus reflexos na vida das vítimas diretas e indiretas

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio do Centro Estadual de Apoio às Vítimas (Casa Lilian), realizou uma roda de conversa com Mariana Ferrer, que denunciou a violência sexual sofrida em 15 de dezembro de 2018 e teve seu caso repercutido na mídia à época. A iniciativa aconteceu nessa terça-feira, 21 de outubro, na sede da Casa Lilian.

O encontro promoveu um bate-papo com algumas mulheres atendidas pelo Centro, proporcionando um momento de reflexão, aproximação e ampliação da pauta relativa à violência sexual e seus reflexos na vida das vítimas diretas e indiretas.

O crime envolvendo Mariana Ferrer, que é atendida pela Casa Lilian, aconteceu em Santa Catarina e resultou na criação da Lei Mariana Ferrer (Lei nº 14.245/2021), que visa garantir a proteção de vítimas de crimes sexuais e testemunhas durante julgamentos, proibindo que sejam expostas a humilhações e intimidações.

A apuração do crime ocorreu em Santa Catarina e ainda não teve julgamento definitivo.



“Durante seis anos eu achava que eu era a culpada. Minha vida virou um looping, assim como a da minha mãe. Passei a me tatuar porque a dor física é melhor que a psicológica. Eu só passei a viver quando eu conheci a Casa Lilian. Hoje eu estou de cabeça erguida”, relatou uma vítima que participou da roda de conversa.

A coordenadora da Casa Lilian, promotora de Justiça Ana Tereza Giacomini comentou sobre a relevância do evento. “É uma oportunidade trocar experiências, formar redes de apoio, e se reconhecerem nas diferentes falas. Ao mesmo tempo, também é uma oportunidade de ter contato com aquilo que elas esperam do sistema de justiça, dos serviços públicos para pautar o nosso trabalho”.

Ao longo do bate-papo, Mariana também encorajou sobre a importância do enfrentamento. “A gente precisa entender que a exposição do crime é importante, que é assim que vamos ficar protegidas e proteger outras vítimas”.

Outro ponto destacado foi sobre a importância do acolhimento e entendimento dentro do ambiente familiar. “As famílias precisam ter consciência de que é preciso acolher a vítima, sem questionar”, frisou Mariana.

A Casa Lilian também atende vítimas de outros tipos de crimes, como os crimes contra a vida, homicídio e feminicídio, racismo e outros crimes de ódio como LGBTfobia, intolerância religiosa e outras formas de discriminação.

A sede está localizada na Rua Conde de Linhares, 403, Cidade Jardim e o contato pode ser feito no telefone (31) 3313-1726 ou e-mail casalilian@mpmg.mp.br.

Fonte: MPMG

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PITANGA LANÇAM PROJETO DE ATENDIMENTO A MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



O Ministério Público do Paraná, por meio das Promotorias de Justiça de Pitanga, lançou nesta quinta-feira, 23 de outubro, o “Projeto por Elas”, iniciativa voltada à estruturação de um fluxo de atendimento humanizado, integrado e eficiente para mulheres em situação de violência doméstica e familiar. O evento, realizado no Fórum de Pitanga, integrou a agenda da 5ª edição do MP em Movimento, que transfere temporariamente a Administração Superior do MPPR para diferentes regiões, além da capital, com o objetivo de aproximar ainda mais a instituição das demandas da população.

Durante a solenidade, o procurador-geral de Justiça, Francisco Zanicotti, ressaltou a integração entre os diversos órgãos e entidades envolvidos na iniciativa, destacando o papel de toda a rede como agente de transformação social. “Esse projeto representa uma ação cultural e educativa fundamental para romper o ciclo de violência, tirando a mulher do papel de objeto probatório e reconhecendo-a como protagonista. Precisamos, como sociedade, unir esforços para fortalecer as mulheres e transformar essa experiência em uma referência nacional de sucesso na proteção às vítimas”, afirmou.

O compromisso institucional do MPPR com a defesa das vítimas também foi destacado pela diretora-secretária da Procuradoria-Geral de Justiça, promotora de Justiça Nayani Kelly Garcia. “A proteção e o atendimento às vítimas é uma preocupação essencial do Ministério Público. Nesta gestão, tivemos a criação da Coordenadoria da Política Institucional de Proteção e Promoção dos Direitos das Vítimas, que engloba não só a mulher, mas também crianças, idosos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade”, afirmou.

Por Elas – Inspirado em projeto de mesmo nome desenvolvido pela Promotoria de Justiça de Manoel Ribas, o “Por Elas” considera que o enfrentamento à violência de gênero vai além da esfera penal, exigindo ações voltadas à transformação cultural, educação e sensibilização de toda a rede de atendimento e da comunidade.

A proposta está alinhada às diretrizes estaduais do MPPR, em especial ao Eixo 4 do Selo Aretê, que trata do fortalecimento das políticas de atendimento às vítimas, e resulta de uma articulação interinstitucional com o Poder Judiciário, Polícia Civil, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e as secretarias municipais de Saúde e Assistência Social (CEMSU).

Como forma de reconhecimento e incentivo à participação no projeto, a OAB irá mobilizar advogados voluntários para atuar na iniciativa, e o Juízo local editará portaria garantindo preferência na nomeação desses profissionais como defensores dativos. O MPPR será responsável pelo acompanhamento da nova política pública e pela coordenação do projeto.

Representando o MPPR, também participaram do lançamento o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, Armando Antônio Sobreiro Neto, o subprocurador-geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Cláudio Franco Felix; o coordenador de Assuntos Institucionais, Ronaldo de Paula Mion; os promotores de Justiça, Marcelo Salomão Czelusniak, Amanda Ribeiro dos Santos, Tharik Diogo e Nayane Cristina Ribeiro; os servidores Cláudio Dubena, Joicy Martins Carvalho, Ana Cláudia de Araújo, Gabriel Henrique Arnhold Centenaro e Lucas Pereira de Souza; e os estagiários Mateus Antunes de Araujo e Paulo Vinícius Boschen.

Pelo Poder Judiciário, estiveram presentes a juíza substituta Lara Alves Oliveira e Tiago Suárez, do Serviço Auxiliar da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Paraná. Representando a OAB/PR, participaram Francieli Andrade Dias Martins, Wellington Senger e Camila Valentim.

Pela administração municipal, marcaram presença o prefeito de Pitanga, Dirceu Moraes, a secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, Roselene Lavezzo Melo, e a coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Adriele Andréia Inácio. Também participaram o delegado da Polícia Civil Paulo Emílio Terra, a tenente da Polícia Militar Bianca Camargo e o prefeito de Boa Ventura de São Roque, Nestor Kenear.

Fonte: MPPR

SEMINÁRIO DESTACA MUDANÇA DE PERSPECTIVA PARA GARANTIA DE DIREITOS DAS VÍTIMAS DE CRIMES VIOLENTOS



Durante evento, o MPBA lançou campanha de enfrentamento à violência digital contra crianças e adolescentes

O Ministério Público da Bahia (MPBA) realizou, nesta quinta-feira (23), o seminário “Um novo olhar para a vítima: reconhecimento, acolhimento e garantia de direitos”, que reuniu especialistas e representantes de instituições públicas para debater a importância de um atendimento humanizado e da garantia de direitos às vítimas diretas e indiretas de crimes violentos. O evento marcou também o lançamento da campanha “O cuidado não pode ficar só no off”, que alerta para os riscos da violência digital contra crianças e adolescentes e reforça o papel das famílias na promoção do acesso mais seguro no ambiente virtual.



Durante a abertura, o procurador-geral de Justiça Pedro Maia destacou que “falar da vítima é tratar de uma prioridade em toda a atuação do Ministério Público, não apenas na área criminal. É fundamental que nossa instituição tenha o cuidado em garantir seus direitos, acolhê-la e proporcionar para que tenha uma retomada de sua vida, reconstituindo o patrimônio violado”. A promotora de Justiça Viviane Chiacchio Carneiro, coordenadora do Núcleo de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos e em Especial Vulnerabilidade (Navv), lembrou que o MPBA tem atuado para romper com a lógica do Direito Penal centrada no réu.



"O MP tem hoje um novo olhar para a vítima, uma mudança de perspectiva sobre as pessoas que sofreram as consequências do crime, priorizando o reconhecimento e a garantia dos seus direitos", afirmou Chiacchio. A mesa de abertura contou ainda com as procuradoras-gerais de Justiça Adjuntas Norma Cavalcanti e Wanda Valbiraci; a ouvidora do MPBA, procuradora de Justiça Elna Ávila Rosa; o coordenador da área Criminal do MPBA (Caocrim), promotor de Justiça Adalto Araújo; da secretária de Política para Mulheres Infância e Juventude de Salvador, Fernanda Lordelo; e do subprocurador-geral da Justiça Militar, Marcelo Weitzel.

Os debates do seminário abordaram temas como a implantação de políticas institucionais de proteção integral às vítimas, as lições da tragédia de Brumadinho (MG) na atuação ministerial e as experiências práticas da equipe do Navv. Entre os palestrantes estiveram Juliana Félix, promotora de Justiça do Ministério Público do Pará e membro auxiliar da Presidência do CNMP; Ana Tereza Ribeiro Salles Giacomini, do Ministério Público de Minas Gerais; e a promotora Viviane Chiacchio, que apresentou junto com sua equipe técnica as ações do núcleo baiano. Desde sua implantação em dezembro de 2024, o Navv já atendeu quase 600 pessoas.





As discussões reforçaram a importância de uma rede nacional de apoio articulada para garantir o cuidado integral e o acesso à Justiça das vítimas de violência. Os painéis tiveram a medição dos promotores de Justiça Rogério Queiroz, coordenador dos Direitos Humanos (Caodh); Sara Gama, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento às Violências de Gênero em Defesa dos Direitos das Mulheres (Nevid); e Mirella Brito, coordenadora do Núcleo do Júri (NUJ).



O evento teve a participação do cantor Buja Ferreira, da banda Timbalada, que além de se apresentar musicalmente, compartilhou um depoimento pessoal sobre a perda de um irmão para a criminalidade, quando tinha 12 anos, e já adulto, em outras circunstâncias, de uma filha e uma irmã. Ele relatou como essa vivência de infância marcou sua trajetória de vida e destacou o papel do ambiente familiar como espaço de afeto e referência musical. O artista lembrou que a arte pode ser um caminho de superação e transformação diante da dor.



O seminário contou ainda com a vereadora de São Paulo Ana Carolina Oliveira, autora do projeto “Silêncio que Grita”, que transformou a dor da perda de sua filha, Isabella Nardoni, em uma voz ativa na luta contra a violência praticada contra crianças e adolescentes. Ela destacou a importância da participação familiar e da escuta atenta das vítimas para a efetivação das políticas de proteção. Segundo Ana Carolina, “o projeto celebra a conscientização sobre abuso e exploração infantil. O tema da proteção à violência, seja em ambiente virtual ou real, é responsabilidade dos adultos, por isso aprender e conscientizar sobre o uso das redes sociais é fundamental.”

A promotora de Justiça Ana Emanuela Rossi, coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente (Caoca), apresentou a campanha “O cuidado não pode ficar só no off” e a plataforma digital “Fala, Filho”, voltada à sensibilização de pais e responsáveis sobre o uso seguro da internet.



Segundo Ana Emanuela, “a campanha é um convite aos pais, responsáveis e cuidadores para que estendam ao mundo virtual os mesmos cuidados tomados fora das telas. A ideia é reunir, em uma só plataforma, informações sobre os principais riscos das interações online entre crianças e adolescentes, garantindo conexões seguras e respeito aos direitos”. A promotora ressaltou ainda que o evento simboliza o compromisso do MPBA com o acolhimento integral das vítimas e com a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Fonte: MPBA

SANTA MARIA: MPRS PROMOVE INTEGRAÇÃO COM REDE DE SAÚDE MENTAL PARA FORTALECER ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS



O Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), por meio do Núcleo de Promoção dos Direitos das Vítimas da Região Central – Espaço Bem-me-quer, realizou na sexta-feira, 24 de outubro, um café da manhã com representantes da rede de saúde mental do município de Santa Maria. A iniciativa teve como objetivo alinhar fluxos de atendimento, apresentar os serviços oferecidos pelo núcleo e discutir estratégias conjuntas para o encaminhamento de vítimas em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que necessitam de suporte psicológico.

A ação foi coordenada pela promotora de Justiça Giani Saad, que destacou "a busca por fortalecer o acolhimento às vítimas de violência, respeitando os limites e a capacidade de atendimento do serviço público, que já enfrenta sobrecarga". A aproximação entre o MPRS e os profissionais da saúde mental visa garantir que as vítimas recebam atenção integral, com escuta qualificada e encaminhamentos adequados, promovendo uma atuação mais humanizada e eficiente da rede de proteção.

ATENDIMENTO

Além disso, o MPRS articulou, por meio da promotora Giani Saad, o atendimento odontológico completo a um adolescente vítima de acidente de trânsito, que havia sido abandonado no local e sofreu fraturas dentárias. O tratamento será realizado pela Clínica de Pós-graduação de Dentística e Cariologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), vinculada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Odontológicas. A iniciativa reforça o compromisso do Ministério Público com a reparação dos danos sofridos pelas vítimas e com a articulação de respostas efetivas junto às instituições públicas.

Fonte: MPRS

MPRJ PARTICIPA DE REUNIÃO DO CONCRIM SOBRE DIREITO DAS VÍTIMAS NO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA



Os procuradores de Justiça Márcio Mothé e Flávia Ferrer, do Núcleo de Articulação Institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) participaram, nesta quarta-feira (29/10), da reunião do Conselho dos Procuradores e Promotores de Justiça com Atuação na Área Criminal (CONCRIM), realizada no Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA).

Com o tema “A violência entre pares e o respeito aos direitos das vítimas: estratégias para uma atuação coordenada do Ministério Público”, Flávia Ferrer palestrou sobre os desafios enfrentados pelas instituições de Justiça na proteção das vítimas e na promoção de políticas públicas. O encontro também contou com a participação de Rogério Sanches, promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), que falou sobre “Proteção integral de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência: desafios e standards interamericanos”.

“Foi um encontro bastante proveitoso, no qual discutimos propostas de trabalho baseadas na realidade local e na jurisprudência recente. Essa união de ministérios públicos de estados diferentes aguça ainda mais os temas, ante a troca de experiências”, ressaltou Flávia Ferrer.

Márcio Mothé participou como debatedor e os promotores de Justiça Moacir Silva do Nascimento Júnior e Anna Karina Omena Vasconcellos Trennepohl foram os mediadores, além de apresentaram a proposta do Enunciado nº 42, relacionado à competência das varas especializadas em crimes contra crianças e adolescentes.

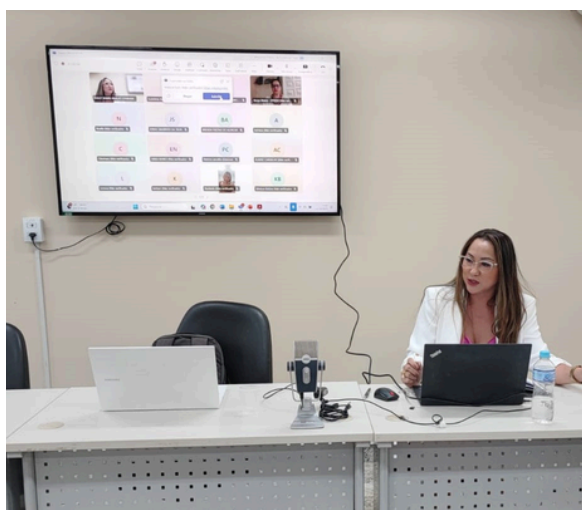
“O ordenamento jurídico conta com diversas normas recém promulgadas e que estimulam discussões importantíssimas sobre novas atribuições até mesmo das procuradorias especializadas nas matérias criminal e infracional. A Jornada Institucional a ser realizada em breve no MPRJ será uma grande oportunidade para aprofundar tais reflexões”, destacou Márcio Mothé.

A reunião marcou ainda o lançamento do livro “O Acesso à Justiça de Crianças e Adolescentes”, da promotora de Justiça Anna Karina Trennepohl.

Fonte: MPRJ

CAPACITAÇÃO PROMOVE FORMAÇÃO DE PORTAS DE ENTRADA AO PROGRAMA DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS DO ESTADO DO PARÁ (PROVITA)

Foi realizada na Promotoria de Justiça de Santarém, na última sexta-feira (24), capacitação para formação de Portas de Entrada ao Programa de Proteção às Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado do Pará (Provita-PA), pelo Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), gestora do programa, em parceria com os governos do Estado e Federal, Secretaria de Justiça e Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. O evento, presencial e online, contou com a participação de integrantes das Promotorias de Justiça de Santarém e do Polo Baixo Amazonas, representantes dos municípios e sociedade civil.



O Provita é o programa de Direitos Humanos, que tem como objetivo proteger testemunhas e vítimas de crimes que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça, em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal, conforme estabelecido pelas Leis 9.807/99 e 6.325/00 (Estadual). A abertura foi realizada pela promotora de Justiça Dully Sanae Araújo Otakara, titular da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém, com atribuições para Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas, que destacou a importância do conhecimento do fluxo para entrada no programa.

A capacitação foi ministrada pelas integrantes do Provita, com a participação da coordenadora Domingas Caldas e da psicóloga Ingrid Sabrina, e a equipe do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do governo federal. Foi apresentado o Guia de Atuação no Provita, elaborado Centro de Apoio Operacional Criminal do MPPA, além de detalhamento do fluxo, documentos necessários e providências para garantir o sigilo de tudo que se refira ao programa.

Fonte: MPPA

BANCO DE PEÇAS - CAO-VÍTIMAS

O Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com materiais de apoio, manual de atuação, instruções de Pesquisa Processual, Leis, Decretos, Regulamentos acerca dos Programas de Proteção, entre outros materiais, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área do Direito das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores.

Clique nas imagens abaixo para ser redirecionados:

